

Uma bússola para a Reforma Tributária

Simplex Nacional é apontado por especialistas como modelo a ser seguido para modernização do sistema tributário brasileiro, considerado ineficiente e complexo

O Simplex Nacional pode servir de bússola para a Reforma Tributária. Criada há dez anos para enfrentar as dificuldades do ambiente de negócios do Brasil, a lei que deu nova dimensão aos micro e pequenos negócios no país foi apontada por especialistas que participaram do seminário "Dez Anos do Simplex Nacional – No Caminho da Reforma Tributária", no Centro Cultural da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, como referência para desarmar as complexidades e ineficiências existentes.

"O sistema tributário brasileiro é tudo, menos um sistema. Ele é insuficiente, inadequado e injusto. A simplificação deveria ser o principal objetivo da reforma", defendeu o economista José Roberto Afonso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Ge-

túlio Vargas (IBRE/FGV), em um dos quatro painéis do seminário. "A legislação que criou a figura do microempreendedor individual, em 2008, foi uma lei que pegou, em um país no qual nem todas as leis pegam. O MEI aumentou a formalização e foi porta de entrada para desempregados e inativos. Com a crise do desemprego, foi herói até este ano", ressaltou o economista Marcelo Neri, da FGV Social, que integrou outra mesa do encontro. "Enquanto a Reforma Tributária não vem, vamos de Simplex, que ele é uma boa resposta", disse o presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, na abertura do evento.

O seminário reuniu empresários, economistas, acadêmicos e estudantes. Os palestrantes e debatedores

abordaram temas como o aprimoramento e os desafios do Simples Nacional, além dos impactos e exemplos da legislação. "A gravidade tributária exige uma intervenção cirúrgica e radical em busca de modernização e simplificação. No fundo, trata-se de transpor a experiência bem-sucedida do Simples Nacional para a maioria das empresas e dos contribuintes que continuam no sistema normal, o Supercomplexo", afirmou José Roberto Afonso.

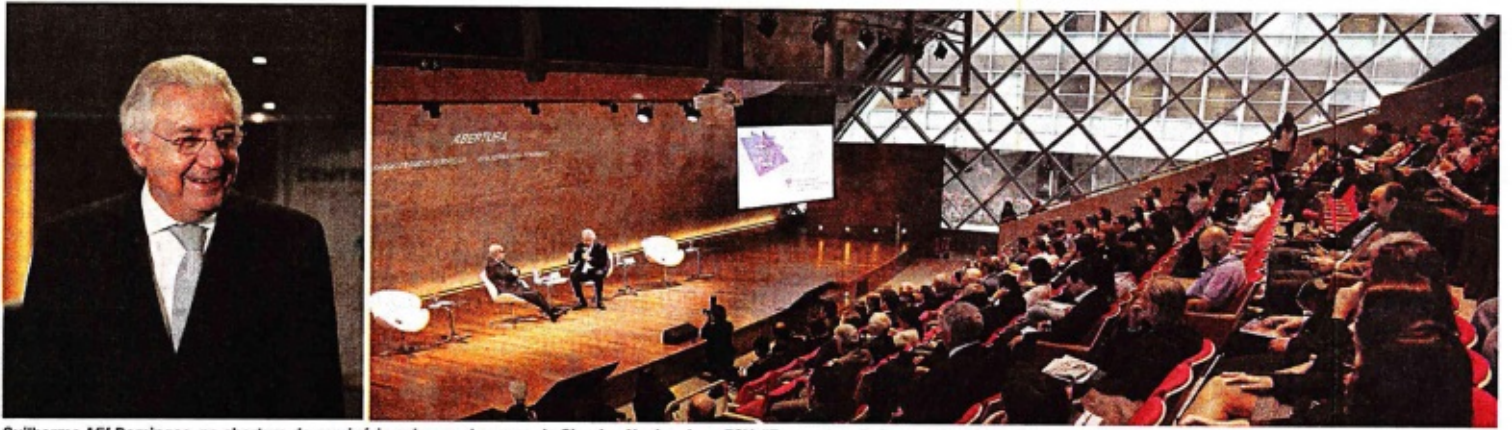
"O Simples Nacional já foi considerado uma 'jabuticaba' mas revelou-se uma boa jabuticaba. Debater suas conquistas é fundamental para a economia do país", assinalou o vice-presidente da FGV, Sérgio Quintella, na abertura do seminário.



Unanimidade: especialistas criticam o elevado custo para administrar o pagamento de impostos



Painel mostra que o empreendedorismo reduziu o impacto da crise e do desemprego



Guilherme Afif Domingos, na abertura do seminário sobre os dez anos do Simples Nacional, na FGV: "Enquanto a Reforma Tributária não vem, vamos de Simples, que ele é uma boa resposta"

'Dispendioso, demorado e injusto'

O painel "O Simples Nacional e a Estrutura Tributária Brasileira" evidenciou a distância entre a eficiência da lei que hoje rege 11,5 milhões de micro e pequenas empresas e a complexidade do sistema que engloba o restante da economia. "O nosso sistema virou um 'puxadinho'. O resultado é que somos campeões mundiais, não em carga tributária, mas no custo para pagar imposto. Temos uma administração moderna, com cobrança digitalizada, mas um desenho tributário dispendioso, demorado e injusto", disse José Roberto Afonso, economista do Instituto Brasileiro de Econo-

mia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV). O estudo "Doing Business 2017", do Banco Mundial, revela que no Brasil o custo das empresas para o pagamento de impostos chega a 2.038 horas/ano, enquanto na vizinha Argentina é de 359 horas/ano. "Se dermos ao país um novo sistema tributário, haverá um impacto positivo de 2% no PIB", afirmou o deputado federal Luiz Carlos Hauly, relator da Comissão Especial da Reforma Tributária do Congresso Nacional, que atuou como debatedor do encontro mediado pelo economista Luiz Gustavo Barbosa, coordenador de projetos da FGV.



Recente alteração no sistema cria ambiente favorável para crescimento dos pequenos negócios

MEI: um projeto inclusivo e de proteção social

O empreendedorismo amaciou o impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho. Mais de dois milhões de brasileiros apostaram na formalização de pequenas e micros empresas entre 2014 e 2015, após perderem o emprego, mas o aprofundamento da recessão fez com que um milhão voltasse à informalidade ou engrossasse a legião de desempregados. "Se o Brasil não tivesse um setor microempresarial tão solidificado, o impacto da crise seria muito maior", disse o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, na palestra "Dez Anos do Simples Nacional: Geração de Trabalho,

Formalização e Possíveis Impactos do MEI", do painel "O Simples Nacional e a Geração de Emprego". O economista mostrou que antes, de 2003 a 2013, a taxa de empreendedorismo no país caiu, mas depois da Lei do Microempreendedor Individual (MEI) houve aumento da qualidade do empreendedor, da sustentabilidade do pequeno negócio e da formalização. "O MEI, que é um grande projeto de inclusão, terá um impacto ainda maior com o MEI Rural", afirmou o deputado federal Carlos Melles, relator do projeto de atualização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.



É consenso entre especialistas que o Simples Nacional ainda pode ser aperfeiçoado

'Crescer sem Medo' aprimora sistema

"O projeto 'Crescer sem Medo', versão atualizada da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, foi uma grande vitória. Criou-se um ambiente muito mais favorável às empresas que querem crescer", destacou o economista Sérgio Gustavo da Costa, coordenador de projeto da FGV Projetos, no painel "Aprimoramento do Simples Nacional: Lei Complementar 155/2016". A mesa reuniu ainda a diretora técnica do Sebrae Nacional, Heloisa Menezes, e Felipe Schöntag, coordenador de projeto da FGV Projetos. As quatro modificações na estrutura do Simples

Nacional reduzem as faixas de receita, aprimoram a tributação entre elas, criam uma transição para o lucro presumido e aperfeiçoam as alíquotas para categorias de serviços intelectuais. "A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é uma lei viva, mas precisa de permanente reforma", ressaltou Heloisa Menezes. O especialista tributário Felipe Schöntag destacou a incorporação das cervejarias artesanais na lei. "O tratamento tributário diferenciado aumenta muito a competitividade desse segmento, que tem uma grande movimentação financeira", disse.

Desoneração de contratações é um desafio a ser vencido

Depois de uma década de conquistas, o Simples Nacional ainda tem desafios pela frente. A lei, de acordo com os participantes do seminário no Centro Cultural da FGV, simplificou a burocracia e foi boa para a arrecadação e o emprego. "O aumento na formação do PIB brasileiro e a desoneração das contratações formais de trabalho são dois desafios", apontou Bruno Quick, gerente de políticas públicas do Sebrae Nacional.

"O Simples Nacional tem desafios enormes na inclusão e na proteção social", reforçou o diretor de Adminis-

tração e Finanças do Sebrae, Vinicius Lages.

"O setor foi responsável pelo aumento da formalidade e pela redução da desigualdade, além de revelar resiliência à recessão", destacou Ricardo Simonsen, diretor-técnico da FGV Projetos, que mediu o painel "Desafios do Simples Nacional". "É preciso vencer o governo de que a lei tem que ser aperfeiçoada todo o tempo", disse o deputado federal Jorginho Mello, presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.